

RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.821 - MG (2019/0096555-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RECORRIDO : **MARCOS MENESES DA CRUZ**
RECORRIDO : **LUCAS MENEZES DA CRUZ**
ADVOGADO : **GLEISON PEREIRA DA SILVA - MG167099N**
AGRAVANTE : **ELIANA CALIXTO DE ALMEIDA MEDEIROS - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO**
ADVOGADO : **ZANONE MANUEL DE OLIVEIRA JUNIOR - MG070042**
AGRAVADO : **MARCOS MENESES DA CRUZ**
AGRAVADO : **LUCAS MENEZES DA CRUZ**
ADVOGADO : **GLEISON PEREIRA DA SILVA - MG167099**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – MPE com fundamento na alínea "a" do inc. III do art. 105 da Constituição Federal – CF, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG.

Consta dos autos que os recorridos MARCOS MENESES DA CRUZ e LUCAS MENEZES DA CRUZ foram pronunciados pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal – CP, por duas vezes (fl. 513).

A defesa interpôs recurso em sentido estrito que foi provido, por maioria, para impronunciar os recorridos. O acórdão ficou assim ementado:

VOTO VENCEDOR (DES. RELATOR): RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - IMPRONÚNCIA - NECESSIDADE - AUSÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA AUTORIA DELITIVA - PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DO IN DÚBIO PRO REO - RECURSO PROVIDO.

Deve-se impronunciar o agente quando inexistir prova robusta acerca da acusação que se leva a efeito, ou seja, prova concreta da materialidade do delito e elementos contundentes da autoria.

VOTO VENCIDO (DES. 2º VOGAL):. Para o juízo de pronúncia, que é precário e provisório, basta que se extraia dos autos um juízo de certeza da materialidade e indícios suficientes de autoria, não sendo necessário que o julgador se aprofunde no exame das provas, eis que se trata de mera admissibilidade de acusação. Até porque, nesta fase, prevalece o princípio in dubio pro societate, de forma que qualquer

Superior Tribunal de Justiça

dúvida acerca dos fatos deve ser resolvida no Tribunal do Júri - juízo constitucional dos crimes dolosos contra a vida (fl. 576).

Embargos de declaração opostos pelo MPE não foram acolhidos, conforme acórdão de folhas 651/660.

Em sede de recurso especial, o MPE alegou violação aos artigos 121, § 2º, I e IV, e 69, ambos do CP, bem como aos artigos 74, § 1º, 155, 239, 413, *caput*, e § 1º, e 414, *caput*, todos do Código de Processo Penal – CPP, além do art. 1.025 do Código de Processo Civil – CPC, porquanto o TJMG, embora tenha reconhecido que a esposa de uma das vítimas, testemunha presencial dos fatos, apontou categoricamente o recorrido MARCOS com um dos autores do delito, impronunciou os recorridos, em inobservância do princípio do *in dubio pro societate*.

Requer a reforma do acórdão recorrido, com restabelecimento da sentença de pronúncia dos recorridos.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 1013/1020.

Admitido o recurso (fl. 1038), os autos vieram a esta Corte.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 1151/1158).

É o relatório. Decido.

O voto vencedor no Tribunal de origem impronunciou os recorridos porque os depoimentos testemunhais são do tipo "ouviu dizer" e a testemunha presencial reconheceu de modo precário apenas o recorrido MARCOS como um dos autores do delito, pois o agente estava de capacete no momento dos fatos, devendo prevalecer a dúvida em favor do réu. Cito o trecho:

Pleiteia a Defesa, inicialmente, a impronúncia dos recorrentes sob alegação de inexistências de provas aptas a embasar a decisão de pronúncia. Vejamos.

Narra a denúncia que, no dia, horário e local ali descritos, João Batista M. de M. e seu irmão Admar M. de M. estavam sentados em frente à residência do primeiro quando os denunciados se aproximaram em uma motocicleta, tendo Lucas na direção, momento em que Marcos desceu da garupa e desferiu disparos contra as vítimas, causando lesões que foram causa eficiente de suas mortes. Consta ainda que "o motivo

do crime é "vingança familiar" referente à morte do pai e primo dos denunciados, os quais "juraram" exterminar a família inteira das vítimas, caracterizando motivo torpe" - f. 01d/03d.

Em juízo, a esposa de uma das vítimas, Eliana Calixto de Almeida, confirmou ter presenciado o crime descrito na denúncia e disse que "pode afirmar que Marquinhos foi o assassino do marido e do cunhado da depoente; que a depoente não pode afirmar se Lucas era o piloto da moto, já que ele estava de capacete e não deu para a depoente reconhecê-lo; que Marquinhos a depoente reconheceu prontamente porque o conhece desde criança e mesmo ele estando de capacete deu para reconhecê-lo". Narrou como se deram os fatos e disse mais uma vez ter visto "fixamente o rosto do assassino, que era Marquinhos" que, inclusive, chegou a apontar a arma contra sua pessoa. Em relação aos motivos do crime disse que "foi porque o irmão de Marquinhos assassinou outro cunhado da depoente, há seis anos e a família de Marquinhos prometeu exterminar toda a família da depoente" e negou que as vítimas tivessem qualquer envolvimento na morte do pai dos acusados, mas disse que Lucas está envolvido na morte de outros familiares seus (f. 373/374).

Já a testemunha Maria Luiza da Crus Medeiros, às f. 376, limitou-se a ratificar seu depoimento prestado na fase inquisitiva, onde afirmou que não presenciou o delito narrado na exordial.

Elton Maria de Medeiros, alegou que viu a motocicleta dos assassinos passando e ouviu os disparos, mas não pode reconhecer as pessoas que estavam no veículo e que efetuaram os disparos (f. 19/20 e 377).

Às f. 378, o policial militar José Cláudio dos Santos ratificou o B.O. de f. 03/10 e disse que "quando atendeu a ocorrência, os autores do fato não foram reconhecidos".

Ronaldo Gomes da Silva, às f. 379, disse que "não viu os réus no local do crime; que as duas pessoas que estavam na motocicleta, estavam de capacete e não dava pra ver quem eram".

Admilson Vasconcelos, testemunha da lavratura do B O., disse ter presenciado os fatos da janela de sua casa que distancia cerca de um quilômetro de onde eles ocorreram. Apesar de ter alegado que "estão falando que foi Marcos e Lucas que efetuaram os disparos", disse que "não deu para reconhecer as pessoas que estavam na moto, pois estavam de capacete" - f. 380.

Interrogado, Marcos negou a acusação que lhe é feita. Disse que na data dos fatos estava em Belo Horizonte, na casa de uma irmã e que ficou sabendo da morte das vítimas cerca de dez dias após o ocorrido por esta irmã, que afirmou haver um mandado de prisão expedido em seu desfavor e de seu irmão Lucas por serem suspeitos de referidas mortes. Nega qualquer relação de inimizade com a família das vítimas porquanto não havia nenhum suspeito da morte de seu pai de

seu primo. Afirmou que Lucas foi o autor de dois homicídios, mas nada sabe dizer sobre tal crime. Negou que tivesse uma motocicleta na data dos fatos, mas apenas há dez anos atrás. Relatou ainda que se afastou da família das vítimas em face do assassinato de um irmão e de um sobrinho das vítimas cometido por Lucas e que foi embora de Mutum em setembro de 2014 e nunca mais voltou.

A prova que sustenta o pronunciamento judicial é aquela produzida sob o crivo do contraditório, não podendo ser admitida a supremacia de elementos colhidos na fase policial, destinada à formação da opinio delicti. Admitir elemento inquisitorial em detrimento de prova judicializada é efetivamente abandonar a garantia do devido processo legal. Não pode o julgador apoiar-se no inquérito. Deve se curvar ao que foi colhido sob o crivo do contraditório e da ampla defesa e, aqui, reconhecamos, nada mais é do que o frágil e temerário "ouviu dizer".

Além de destacar a imperiosidade do procedimento encaminhado pelo contraditório como fonte da formação do convencimento do julgador, sobre esse mesmo convencimento, cabe sustentar a impossibilidade constitucional do acolhimento da dúvida em desfavor do acusado.

É recorrente na jurisprudência a conclusão de que a dúvida acerca da autoria deve conduzir à pronúncia. Antes mesmo de trazer à baila a profícua lição de Aury Lopes Júnior sobre o famigerado "in dubio pro societate" quero registrar que a lei processual penal (infraconstitucional mesmo, raso exame) trata da necessidade de convencimento (não de simples dúvida) da suficiência de indícios de autoria (não de qualquer indício).

Dispõe o art. 414 do Código de Processo Penal que "não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado".

Tenho que os depoimentos produzidos em juízo não apontam suficientemente a autoria, espancando a dúvida. Ela, como dito acima, não basta. Certo é que, se por um lado apenas uma testemunha foi capaz de reconhecer o réu Marcos, afirmando categoricamente não ter sido capaz de reconhecer Lucas, tal reconhecimento se deu de maneira precária vez que, conforme a própria testemunha afirmou, o agente estava de capacete no momento dos fatos.

[...]

O fato é triste, grave, mas sua apuração judicial é expressivamente insuficiente.

Não posso, com base nos elementos que se prestam à formação da convicção do órgão acusador, que servem à opinio delicti, pronunciar os acusados, sob pena de grave violação ao devido processo legal, como já ressaltado. Aliás, pertinente indagação para a solução contrária seria: para que garantir um procedimento bifásico se o

inquérito bastasse á pronúncia? Se se admite a pronúncia com base no inquérito, por que razão existiria a chamada fase do juízo sumariante?

Há insuficiência que abre espaço pára a dúvida, devendo ser a solução ser benéfica aos acusados. A dúvida favorece o acusado, sempre, em processo penal. Não há dúvida "em favor da sociedade". Não há assento constitucional para tal brocado (fls. 578/583).

Contudo, a jurisprudência desta Corte é orientada pela incidência do "*in dubio pro societate*" no momento da sentença de pronúncia. E, depreende-se do trecho acima que, em relação ao recorrido MARCOS há indício suficiente de autoria conforme depoimento da esposa de uma das vítimas. Tal constatação demanda apenas reavaliação jurídica de fato incontroverso. Cito precedente:

PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO TENTADO. ART. 121, CAPUT, NA FORMA DO ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL - CP. VIOLAÇÃO AO ART. 413 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE AFASTA A SENTENÇA DE PRONÚNCIA MEDIANTE ANÁLISE DO DOLO. RESTABELECIMENTO DA PRONÚNCIA.

CABIMENTO. REVALORAÇÃO DE FATOS INCONTROVERSOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE PARA ASSEGURAR A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI NA ANÁLISE DO ANIMUS NECANDI. AGRAVO REGIMENTAL DA DEFESA DESPROVIDO.

1. A sentença de pronúncia constitui juízo de admissibilidade da acusação, não exigindo a certeza necessária à condenação, de modo que havendo indícios de autoria e da materialidade do homicídio, deve-se submeter ao Tribunal do Júri a análise do elemento subjetivo da conduta, sob pena de usurpação de competência.

1.1. "No caso, o exame da controvérsia prescinde do reexame de provas, sendo suficiente a mera reavaliação de fatos incontroversos, expressamente, descritos nos autos, sendo, na sentença de pronuncia e no acórdão recorrido. Portanto, não há falar em contrariedade ao que dispõe o enunciado da Súmula 7 desta Corte" (AgRg no AREsp 652.751/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 14/6/2017).

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1390818/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 19/11/2019)

Quanto ao recorrido LUCAS, há apenas indícios de autoria do tipo "ouvi dizer", o que não se admite para fins de pronúncia. Cito precedentes:

RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA FUNDAMENTADA EXCLUSIVAMENTE EM BOATOS E TESTEMUNHA DE OUVIR DIZER. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

1. A decisão de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação, sem exigência, neste momento processual, de prova incontroversa da autoria do delito - bastam indícios suficientes de que o réu seja seu autor e a certeza quanto à materialidade do crime.

2. Muito embora a análise aprofundada dos elementos probatórios seja feita somente pelo Tribunal Popular, não se pode admitir, em um Estado Democrático de Direito, a pronúncia baseada, exclusivamente, em testemunho indireto (por ouvir dizer) como prova idônea, de per si, para submeter alguém a julgamento pelo Tribunal Popular.

3. A norma segundo a qual a testemunha deve depor pelo que sabe per proprium sensum et non per sensum alterius impede, em alguns sistemas - como o norte-americano -, o depoimento da testemunha indireta, por ouvir dizer (hearsay rule). No Brasil, ainda que não haja impedimento legal a esse tipo de depoimento, "não se pode tolerar que alguém vá a juízo repetir a vox publica. Testemunha que depusesse para dizer o que lhe constou, o que ouviu, sem apontar seus informantes, não deveria ser levada em conta" (Helio Tornaghi).

4. A primeira etapa do procedimento bifásico do Tribunal do Júri tem o objetivo de avaliar a suficiência ou não de razões (justa causa) para levar o acusado ao seu juízo natural. O juízo da acusação (iudicium accusationis) funciona como um filtro pelo qual somente passam as acusações fundadas, viáveis, plausíveis, idôneas a serem objeto de decisão pelo juízo da causa (iudicium causae). A instrução preliminar realizada na primeira fase do procedimento do Júri, leciona Mendes de Almeida, é indispensável para evitar imputações temerárias e levianas. Ao proteger o inocente, "dá à defesa a faculdade de dissipar as suspeitas, de combater os indícios, de explicar os atos e de destruir a prevenção no nascedouro; propicia-lhe meios de desvendar prontamente a mentira e de evitar a escandalosa publicidade do julgamento".

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido, para reformar o acórdão recorrido de modo a despronunciar os recorrentes nos autos do Processo n. 0702.08.432189-3, em trâmite no Juízo de Direito da Vara de Crimes contra a Pessoa da Comarca de Uberlândia, sem prejuízo do oferecimento de nova denúncia em eventual superveniência de provas

(REsp 1674198/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2017).

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. JURI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. PROVAS. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

I - Em se tratando de crime afeto a competência do Tribunal do Júri, o julgamento pelo Tribunal Popular só pode deixar de ocorrer, provada a materialidade do delito, caso se verifique ser despropositada a acusação, porquanto aqui vigora o princípio in dubio pro societate.

II Não obstante esse entendimento sedimentado nos Tribunais Superiores, cabe à primeira fase do procedimento relativo aos crimes da competência do Tribunal do Júri denominada iudicium accusationis, afastar da apreciação do Conselho de Sentença acusações manifestamente infundadas, destituídas, portanto, de qualquer lastro probatório mínimo.

III- Na espécie, consta em desfavor do recorrido tão somente referências a testemunhos, que, com supedâneo no "ouvi dizer", lhe atribuem a prática do crime, na medida em que teria fornecido a arma do crime ao executor. Tais elementos revelam-se precários, e dessa forma, não autorizam a sua submissão ao iudicium causae.

IV - Este o quadro, tem-se que a manifesta ausência de indícios impõe a manutenção da decisão tomada em segundo grau que despronunciou o recorrido.

Recurso especial desprovido (REsp 933.436/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 13/10/2009).

Diante do exposto, com fundamento na Súmula 568 do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ, dou parcial provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença de pronúncia apenas em desfavor do recorrido MARCOS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator